

## A metáfora da sustentabilidade e o uso imobiliário do território: *planejamento urbano possível* no Noroeste, Distrito Federal

Sofia Martinello Valente<sup>1</sup>  
Larissa Alves de Sousa<sup>2</sup>  
João Francisco de Oliveira Neto<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a utilização recorrente e metafórica da noção de sustentabilidade no planejamento urbano. Investiga-se sua apropriação discursiva pelos usos imobiliários do território no Setor Noroeste de Brasília, DF, enquanto estratégia de valorização capitalista do espaço. Elemento empírico de análise, o enfoque na problemática dos resíduos sólidos torna-se representativo das contradições entabuladas pelas dinâmicas dos usos do território, das quais metáforas e conceitos-obstáculos dissimulam a compreensão de sua complexidade histórica. Propõe-se, assim, a incorporação do olhar da Geografia como forma de integrar dimensões sociais, culturais e afetivas de um *planejamento urbano possível*, ao enfatizar as relações entre as demandas da população e os princípios do movimento Lixo Zero. A pesquisa revela uma crescente conscientização e mobilização social em torno da gestão de resíduos sólidos, um dos principais problemas da região, sinalizando potenciais alternativos para a implementação de novas práticas de gestão de resíduos.

**Palavras-chave:** resíduos sólidos; planejamento urbano; Lixo Zero; Setor Noroeste.

### La metáfora de la sostenibilidad y el uso inmobiliario del territorio: planificación urbana posible en el Noroeste, Distrito Federal

**Resumen:** El artículo analiza la utilización recurrente y metafórica de la noción de sostenibilidad en la planificación urbana. Se investiga su apropiación discursiva por los usos inmobiliarios del territorio en el Sector Noroeste de Brasília, DF, como estrategia de valorización capitalista del espacio. Como elemento empírico de análisis, el enfoque en la problemática de los residuos sólidos se vuelve representativo de las contradicciones establecidas por las dinámicas de los usos del territorio, de las cuales metáforas y conceptos-obstáculo disimulan la comprensión de su complejidad histórica. Se propone, así, la incorporación de la mirada de la Geografía como forma de integrar dimensiones sociales, culturales y afectivas en una planificación urbana posible, al enfatizar las relaciones entre las demandas de la población y los principios del movimiento Basura Cero. La investigación revela una creciente conciencia y movilización social en torno a la gestión de residuos sólidos, uno de los principales problemas de la región, señalando potenciales alternativos para la implementación de nuevas prácticas de gestión de residuos.

**Palabras-clave:** residuos sólidos; planificación urbana; Basura Cero; Setor Noroeste.

### The metaphor of sustainability and the real estate use of the territory: *possible urban planning* in the Noroeste, Federal District

**Abstract:** The article analyzes the recurrent and metaphorical use of the notion of sustainability in urban planning. It investigates its discursive appropriation by the real estate uses of the territory in the *Setor Noroeste* of Brasília, Federal District, as a strategy for the capitalist valorization of space. As an empirical element of analysis, the focus on the issue of solid waste becomes representative of the contradictions established by the dynamics of the uses of the territory, in which metaphors and conceptual obstacles conceal the understanding of their historical complexity. Thus, the incorporation of Geography's perspective is proposed as a way to integrate social, cultural, and affective dimensions into a *possible urban planning*, by emphasizing the relationships between the population's demands and the principles of the Zero Waste movement. The research reveals a growing awareness and social mobilization around the management of solid waste, one of the main problems of the region, signaling alternative potentials for the implementation of new waste management practices.

**Keywords:** solid waste; urban planning; Zero Waste; Setor Noroeste.



**Como citar este artigo:** Valente, S., Souza, L. & Oliveira Neto, J. (2026). A metáfora da sustentabilidade e o uso imobiliário do território: *planejamento urbano possível* no Noroeste, Distrito Federal. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 9(17), e60147. <https://doi.org/10.26512/patryter.v9i17.60147>.

**Recebido:** 21 de setembro de 2025. **Aceito:** 30 de novembro de 2025. **Publicado:** 01 de janeiro de 2026.

<sup>1</sup> Bacharelado em Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1120-6089>. E-mail: [sofia.valente@aluno.unb.br](mailto:sofia.valente@aluno.unb.br).

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1467-9117>. E-mail: [larissaades@hotmail.com](mailto:larissaades@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando em Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4176-9142>. E-mail: [chicocontat@gmail.com](mailto:chicocontat@gmail.com).

### 1. Introdução

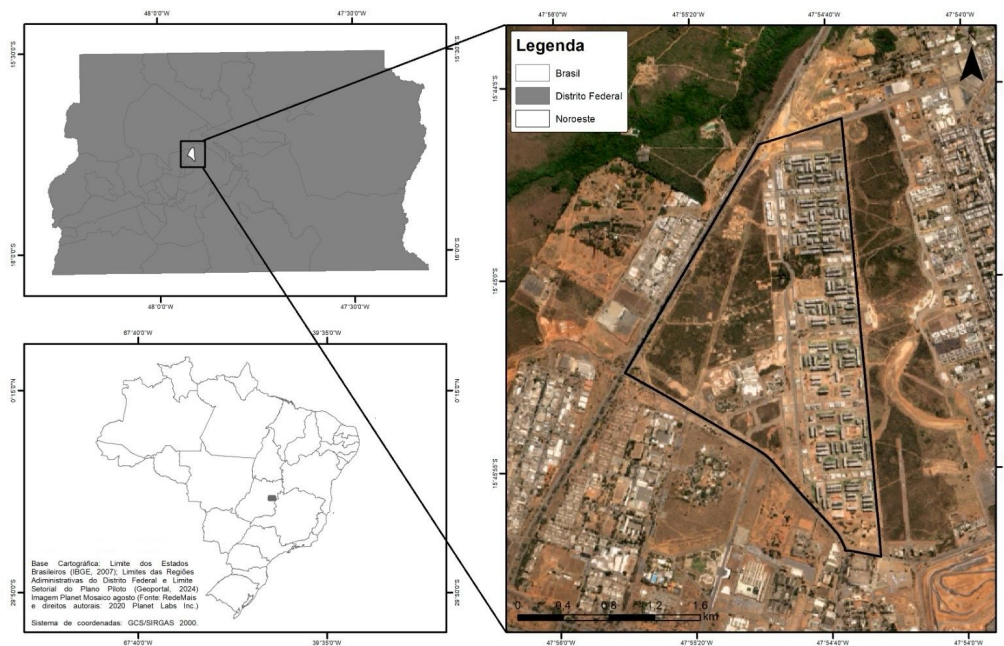
O setor Noroeste, localizado em Brasília, foi idealizado como o primeiro bairro planejado do Brasil com foco na sustentabilidade ambiental (figura 1). Concebido para acomodar cerca de 40 mil habitantes em residências de alto padrão, o projeto previa a construção de 20 quadras residenciais e 24 quadras comerciais. A proposta inicial estipulava a ocupação de 313 hectares dos 821 disponíveis, destinando o restante à preservação de áreas verdes. Para minimizar os impactos ambientais, o empreendimento foi planejado com a integração de tecnologias avançadas, incluindo o aproveitamento eficiente da energia solar e a captação de águas pluviais para irrigar os jardins e alimentar os lagos artificiais do Parque Burle Marx, localizado nas proximidades (Brasil e Desenvolvimento, 2011).

No que se refere à gestão de resíduos sólidos, o projeto contemplava um sistema inovador de coleta por sucção a vácuo, eliminando a necessidade de caminhões de lixo e garantindo a ausência de detritos nas vias públicas do Noroeste (Brasil e Desenvolvimento, 2011). Todavia, desde o início das obras em 2009, muitas promessas não foram cumpridas, sobretudo quanto ao processo de coleta de lixo, que hoje representa um dos principais problemas do setor.

A divergência entre a expectativa e a realidade de um projeto como este evidencia a necessidade de refletir sobre a sustentabilidade enquanto metáfora instrumentalizada em prol das estratégias mercadológicas do uso imobiliário do território (Santos, 1995; Santos & Silveira, 1998; Souza, 2009). Sob essa perspectiva, e a partir da categoria analítica do território usado, compreendido simultaneamente como materialização das relações sociais e produtivas, e como forma pela qual a sociedade se apropria do espaço para viabilizar a vida, o trabalho e as trocas imateriais (Santos, 1999), investiga-se a crescente problemática da gestão dos resíduos sólidos no Setor Noroeste, em Brasília-DF.

Ao considerar que essa apropriação social, vinculada ao mercado imobiliário de Brasília, se insere em um modelo universal de produção que historicamente opera com base na escassez e na insustentabilidade, a própria noção de sustentabilidade se revela como tática discursiva do capital. Trata-se, portanto, de uma metáfora da sustentabilidade, o que exige ao estudo dos processos históricos de uso do território, a necessidade de reavaliar as possibilidades de gestão diante do impasse do “lixo”, sob um olhar atento às tendências globais de manejo dos resíduos urbanos — como exemplifica o movimento Lixo Zero (Souza, 2019).

**Figura 1**  
Localização do setor Noroeste em Brasília, DF.



Fonte: elaboração própria, 2025.

Em consonância com o pensamento de Sabatini (2021), o descarte correto do lixo representa um desafio significativo para a sociedade contemporânea, marcada pelo acelerado crescimento populacional, pelas transformações nos padrões de vida e pelo aumento na demanda por energia e recursos naturais. Nesse sentido, diante da ineficiência estratégica na resolução das problemáticas contemporâneas relacionadas ao lixo, o presente trabalho ressalta a importância de construir uma proposta ancorada no cotidiano dos sujeitos situados, de modo a promover uma reavaliação teórico-metodológica dos planos e das tendências mundiais em curso.

Portanto, com base nas especificidades das realidades locais, materializadas no território usado (Santos, 1999), e à luz do planejamento urbano possível (Costa, 2021), este artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica da sustentabilidade diante do uso imobiliário do território e da viabilidade da implementação do projeto Lixo Zero na Região Administrativa do Noroeste. Para isso, o estudo pretende: i) elucidar a história do Noroeste segundo a narrativa mercadológica embutida nos usos imobiliários do território, com ênfase nas contradições expressas entre o discurso da sustentabilidade e a gestão de seus resíduos sólidos; ii) explicar o conceito do movimento Lixo Zero e descrever os métodos de sua implementação; iii) avaliar, sob a ótica do planejamento urbano possível (Costa, 2021), as possibilidades de aplicação do movimento Lixo Zero no Noroeste a partir de seus critérios de realização.

A metodologia adotada neste estudo teve como base a investigação bibliográfica e a pesquisa de campo, que contou com a aplicação de questionários voltados para moradores e atores sociais envolvidos nas dinâmicas locais. Complementar à análise quantitativa dos resultados obtidos nos questionários, foram conduzidas atividades investigativas como a observação direta, o registro fotográfico e o diagnóstico de pontos específicos do bairro, bem como a elaboração de materiais cartográficos. Esse processo permitiu uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada sob as perspectivas quantitativa e qualitativa de análise.

## **2. O Setor Noroeste e o paradigma da sustentabilidade na Geografia**

### **2.1. O Noroeste: o primeiro bairro sustentável do país?**

O Distrito Federal possui uma área de aproximadamente 5.760 km<sup>2</sup>. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, sua população residente é de 2.817.381 pessoas, resultando em uma densidade demográfica de 489,06 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Seu crescimento populacional, como destaca Paviani (2010), ocorreu tanto de forma planejada quanto por meio de ocupações irregulares, que deram origem a diversas regiões administrativas (RAs) no entorno. Atualmente, há 35 RAs no DF (figura 2) (Segov, 2025).

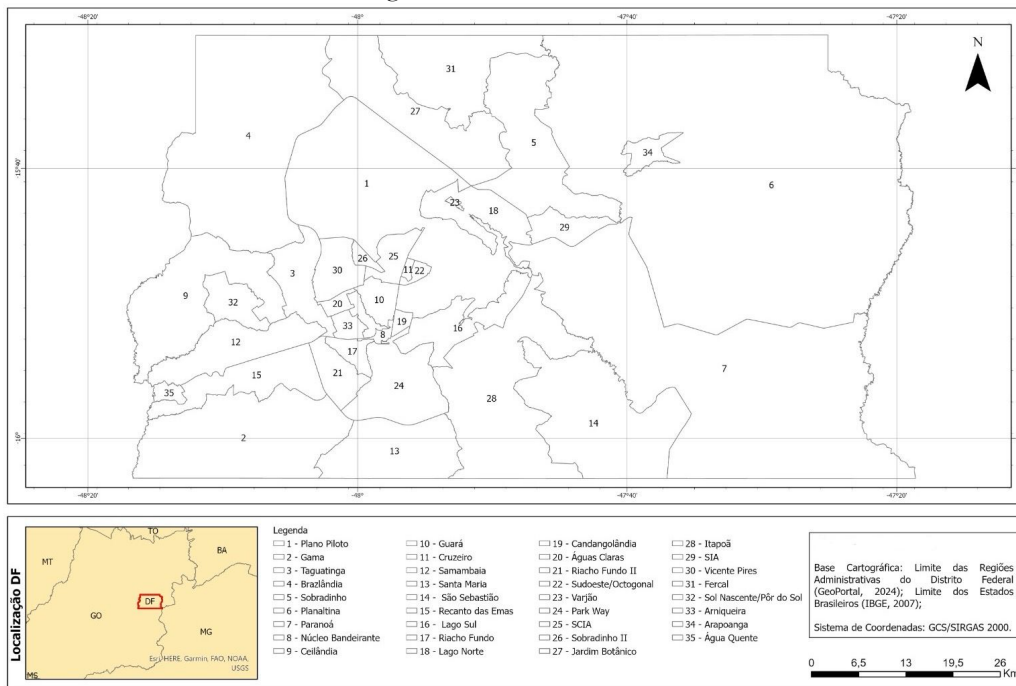
Projetado para ser o primeiro bairro ecológico do Brasil, o Setor Noroeste é um bairro nobre de Brasília, com renda domiciliar estimada em mais de 19 mil reais mensais (Codeplan, 2021), situado nas bordas da Asa Norte e cercada por áreas verdes, como o Parque Burle Marx e o Parque Nacional de Brasília. Sua concepção faz parte do Projeto Brasília Revisitada, elaborado entre 1985 e 1987 pelo urbanista Lúcio Costa (Costa, Lima e Picoli, 2013).

Desenvolvido para abrigar aproximadamente 40 mil moradores em unidades residenciais de alto padrão, o plano incluía a criação de 20 quadras para moradias e 24 destinadas ao comércio. A concepção original previa a utilização de 313 hectares dos 821 disponíveis, garantindo que o restante da área fosse preservado como espaço verde (Brasil e Desenvolvimento, 2011).

### **2.2. A metáfora da sustentabilidade e a categoria do território usado**

De acordo com Souza (2019), o debate acadêmico acerca das concepções de meio ambiente e desenvolvimento sustentável ainda não foi conduzido, no âmbito da Geografia, com a profundidade que tais temas exigem. Segundo a autora, os discursos relacionados à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável possuem grande relevância política, mas carecem de fundamentação na ciência geográfica. Nela, o conceito de meio ambiente não se sustenta teoricamente, uma vez que a disciplina se apoia em categorias mais bem definidas, como meio natural, meio geográfico, meio técnico, meio técnico-científico-informacional e território usado, todas respaldadas por fundamentações teóricas e empíricas consistentes. O termo meio ambiente, por sua vez, revela-se uma construção imprecisa e

**Figura 2**  
Regiões Administrativas do D.



Fonte: elaboração própria, 2025.

desprovida de rigor conceitual para a análise socioespacial, configurando-se, portanto, como uma metáfora (Souza, 2009).

Para Santos (1996, p. 56), “conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”. Embora potentes elementos discursivos, para o autor, quando tomado o lugar de teorias e conceitos, as metáforas comprometem a elaboração coerente de um método explicativo da realidade. Nesse sentido, ao substituir a envergadura operacional do meio geográfico, largamente teorizado na história da disciplina, a metáfora do meio-ambiente tende à simplificação dos processos históricos de uso do território em movimentos cíclicos de sucessões ecológicas (Santos & Silveira, 1998).

Assim, da metáfora do meio-ambiente emerge uma série de conceitos-obstáculos ao pensamento geográfico, dos quais o emprego irreflexivo no âmbito da disciplina deturpa a compreensão crítica de processos e fenômenos sociais (Santos, 2022). Dentre eles, destaca-se a noção de sustentabilidade, que apesar de assumir centralidade discussiva na atualidade, carece de sustentação científica rigorosa, pois, dentro do atual modelo hegemônico de produção, sua concretização torna-se inviável (Souza, 2009).

De modo geral, a sustentabilidade é tratada como um termo que propõe a conciliação entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social, assegurando que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas sem comprometer os recursos das futuras gerações (Coutinho, 2021). Tal concepção é reverberada nas proposições da Organização das Nações Unidas (ONU), as quais afirmam que “atuar de forma sustentável significa cumprir responsabilidades fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Independentemente de onde atuam, as empresas responsáveis devem adotar os mesmos valores e princípios” (Coutinho, 2021, p. 504).

Além de abdicar da complexidade dos lugares, tal perspectiva conciliatória demonstra-se idealizada por desconsiderar contradições inerentes à lógica do capitalismo — sistema técnico-econômico predominante no mundo, baseado na acumulação de capital, no crescimento contínuo e na exploração de recursos naturais e humanos com o objetivo de maximizar lucros (Souza, 2009). A sustentabilidade, tal como concebida na atualidade, esbarra nas dinâmicas do mercado, uma vez que as medidas voltadas à mitigação da degradação ambiental e de injustiças sociais implicam custos mais elevados e menor competitividade econômica.

Embora grandes corporações adotem discursos voltados à sustentabilidade, como acontece no Setor

Noroeste do Distrito Federal, muitas dessas iniciativas são superficiais, servindo mais como estratégias de marketing do que como ações reais para a redução dos impactos ambientais e das desigualdades socioespaciais, o que configuraria entraves para a ampliação de seu capital. Essas empresas operam de forma pragmática e individualista, embora com grande apoio do Estado, buscando unicamente benefícios imediatos e estratégicos. O “poder cego” (Santos, 1999) não se preocupa com os impactos sociais ou ambientais de suas atividades, mas apenas com os resultados econômicos.

Desse modo, o que se busca destacar é que, diferentemente dos conceitos analíticos voltados à explicação do real, “a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva” (Acsegrad, 1999, p. 80). Essa perspectiva nos conduz a refletir sobre os mecanismos de validação e contestação de práticas e atores sociais, ao interrogar quais interesses e relações de poder a noção de sustentabilidade efetivamente sustenta.

Nesse aspecto, enquanto expressão histórica do meio geográfico, e de seu aprofundamento técnico-científico e informacional, a categoria de território usado (Santos, 1994, 1999) opera como uma importante ferramenta teórico-empírica para a dissolução de metáforas e conceitos-obstáculos na Geografia. Segundo Souza (2019), o estudo dos usos do território verifica a forma com que a sociedade produz e organiza seus objetos geográficos a partir de ações em função de determinadas intencionalidades. Capaz de revelar agentes, intencionalidades e processos ofuscados por visões fragmentadas e imediatas da realidade social, a análise do território usado promove o desvelamento de contradições encobertas por discursos como o da sustentabilidade.

No caso do Setor Noroeste, a investigação dos usos do território atrelados ao emprego recorrente da noção de sustentabilidade recai sobre as ações e intencionalidades associadas ao mercado imobiliário de Brasília. Tais usos congregam, ainda que de maneira desigual, intencionalidades que vão desde imobiliárias, especuladores e construtoras, aos agentes públicos relacionados ao planejamento urbano, quanto também moradores e trabalhadores do bairro. Como elemento empírico de análise, a problemática dos resíduos sólidos expressa a materialização das relações sociais e produtivas em um conjunto indissociável de objetos e ações, tornando-se representativa das contradições

entabuladas pela dinâmica dos usos imobiliários do território no Setor Noroeste.

### 2.3. A problemática dos resíduos sólidos no bairro Noroeste

Concebido como um modelo de sustentabilidade urbana, o Setor Noroeste dispõe de certificações ambientais, amplas áreas verdes e infraestruturas de alta tecnologia voltadas à redução dos impactos ecológicos (Jornal de Brasília, 2023). Com o discurso de minimizar perturbações ambientais, o empreendimento foi planejado com a integração de tecnologias avançadas, como o aproveitamento eficiente da energia solar e a captação de águas pluviais para irrigação dos jardins do Parque Burle Marx, que se estende por toda a área do bairro (Brasil e Desenvolvimento, 2011).

No que se refere à gestão de resíduos sólidos, o planejamento do Noroeste incluía um sistema moderno de coleta por sucção a vácuo, dispensando o uso de caminhões de lixo e evitando o acúmulo de resíduos nas ruas (TV Brasil, 2023). No entanto, desde o início das obras em 2009, diversas propostas não foram concretizadas, sendo a coleta de lixo um dos desafios mais evidentes na localidade.

Na realidade, as primeiras quadras construídas no Noroeste utilizam o sistema de papa-lixos, que são estruturas subterrâneas destinadas ao armazenamento temporário de resíduos sólidos. Essas lixeiras possuem acesso restrito por fechaduras, com o objetivo de evitar “vandalismos” e facilitar a coleta organizada. Cada contêiner tem a capacidade de armazenamento de três mil litros de resíduos (figura 3).

De acordo com o Governo do Distrito Federal (GDF), o contêiner de polietileno destinado ao recebimento dos resíduos é enterrado e envolto por uma cuba de concreto pré-moldada, com vida útil estimada em 25 anos. As tampas devem ser de fácil manuseio, facilitando o depósito dos resíduos, que posteriormente são recolhidos pela equipe de coleta do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) (Agência Brasília, 2023). Nas demais quadras residenciais, onde os papa-lixos não foram instalados, são utilizados contentores móveis simples, feitos de metal ou plástico, posicionados ao longo das vias (figura 4).

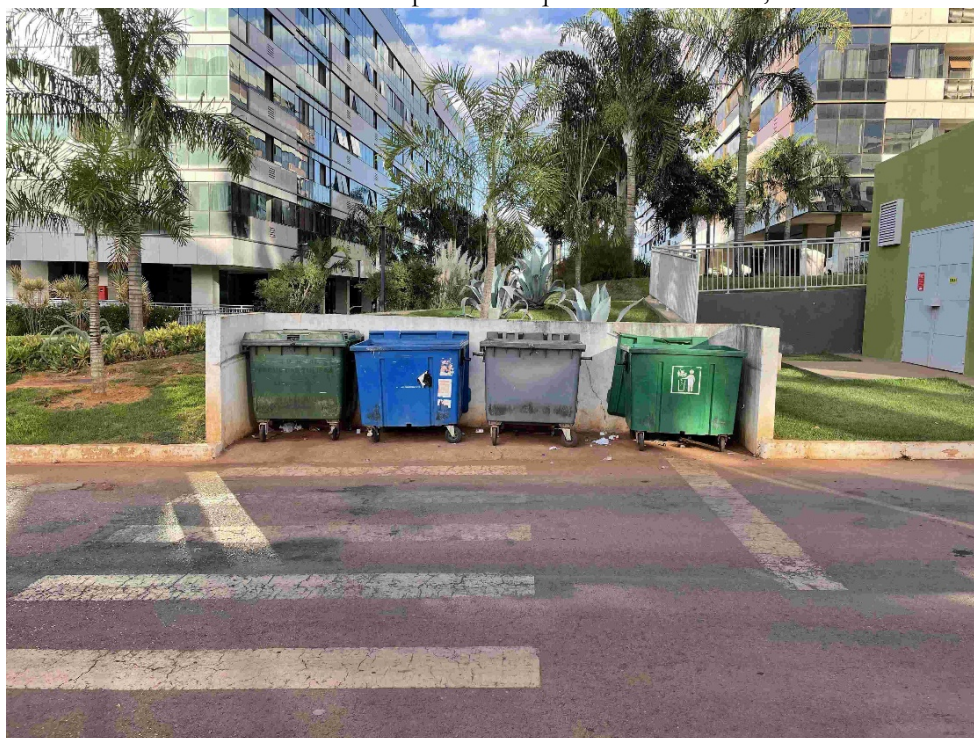
Entretanto, evidencia-se uma série de dificuldades para a gestão projetada pelo setor imobiliário. Dentre elas, destaca-se a atuação de catadores considerados irregulares, os quais na tentativa de acessar os resíduos em busca de materiais recicláveis, utilizam ferramentas improvisadas para arrombar os dispositivos de coleta (figura 5). Esses sujeitos, em situação de

**Figura 3**  
Papa-lixos na quadra 110 Noroeste, Brasília.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

**Figura 4**  
Contentores móveis de plástico na quadra 102 Noroeste, Brasília.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Figura 5

Catador retirando resíduos dos papa-lixos na quadra 110 Noroeste, Brasília.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

vulnerabilidade social, acabam sendo responsabilizados pelos impactos ambientais inerentes aos próprios usos do mercado imobiliário sobre o território, tais como “odores desagradáveis, acúmulo de sujeira em espaços públicos e poluição visual” (Jornal de Brasília, 2023).

Outro fator consiste no descarte incorreto decorrente do crescente aumento de resíduos, o que compromete a eficiência da coleta e do transporte, criando um ambiente propício à proliferação de vetores transmissores de doenças, como roedores, baratas, moscas, mosquitos e outros insetos (Gomes, 2022). A médio e longo prazo, o acúmulo irregular de lixo pode obstruir bueiros e canais de drenagem, provocando alagamentos e danos à infraestrutura não apenas do bairro, mas de toda a cidade. Segundo dados do GDF, entre janeiro e agosto de 2023, foram gastos 36 milhões de reais para a remoção de aproximadamente 400 mil toneladas de resíduos descartados em vias públicas, parques e terrenos baldios de Brasília (Agência Brasília, 2023). O descarte inadequado, incluindo o armazenamento incorreto de lixo, é apontado como a principal causa de alagamentos na capital (Agência Brasília, 2024).

Na prática, o sistema de coleta do Noroeste não apresenta diferenciais ecológicos significativos, seguindo o mesmo padrão adotado em outras

regiões do Distrito Federal, como Asa Sul, Sudoeste (figuras 6 e 7), Guará II (figura 8) e Sol Nascente, por exemplo (SLU, 2025). Em termos logísticos, o percurso dos resíduos descartados envolve etapas de acondicionamento, coleta, transporte e tratamento, que pode incluir processos de transformação, processamento, recuperação e, por fim, a disposição final. Os resíduos coletados no Noroeste são encaminhados à usina da Asa Norte (estação de transbordo) e os materiais orgânicos e não recicláveis têm como destino final o aterro sanitário da Estrutural (Costa, Lima e Picoli, 2013).

Em consonância com o pensamento de Santos (1994, 1999), pode-se inferir que grandes empresas imobiliárias, em cooperação com a ação estatal, investiram na ideia de um bairro sustentável devido às vantagens comerciais que ela proporciona. Esvaziada de rigor explicativo, a sustentabilidade se revela como tática discursiva que, sem compromisso com a realidade concreta do Setor Noroeste, opera na validação de planos de valorização capitalista do bairro a partir do escamoteamento de suas contradições locais.

Dentre elas, a problemática dos resíduos sólidos, derivada de um abrupto povoamento induzido pelo mercado imobiliário, é dissimulada ao ponto de culpabilizar aqueles que usam o território como abrigo pelo descarte e manipulação irregular dos

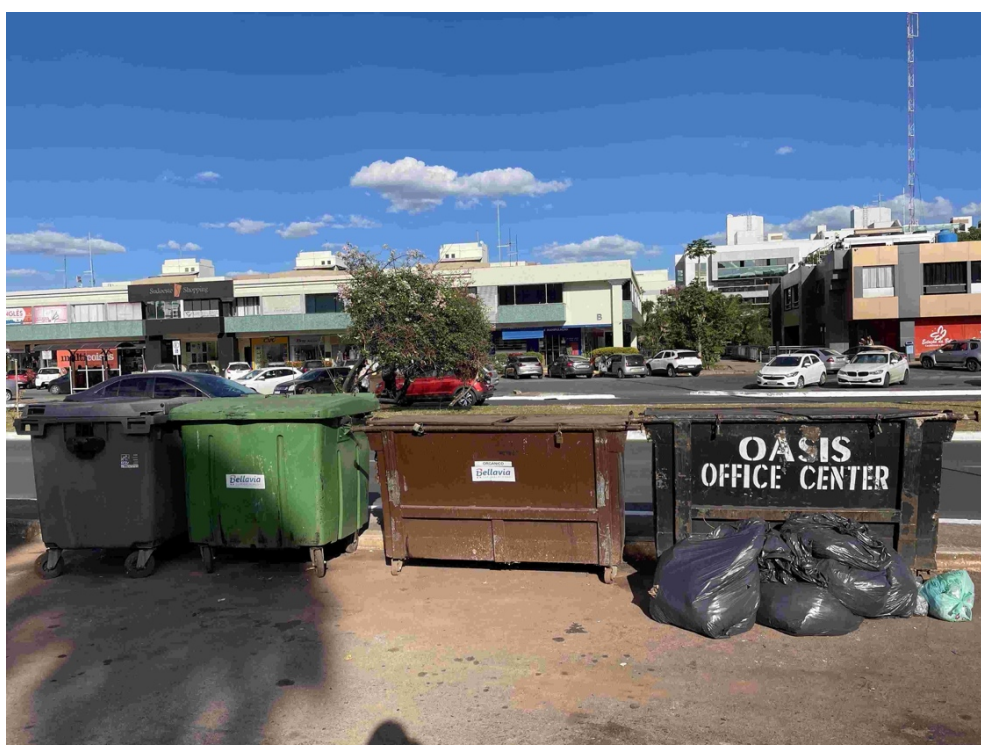
**Figura 6**

Papa-lixo e contentores móveis na quadra 104 Sudoeste, Brasília.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

**Figura 7**



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

**Figura 8**  
Papa-lixo no Guará II, Brasília.



**Fonte:** Acervo dos autores, 2025.

rejeitos. Ademais, além de dissociar a produção de acelerada de resíduos com grandes projetos imobiliários, a instrumentalização mercadológica da noção de sustentabilidade legitima a reprodução da acumulação de capital através da promoção de estratégias inovadoras, como tem ocorrido com a implementação do movimento Lixo Zero, já presente em outras zonas do Distrito Federal.

### **3. O movimento Lixo Zero e suas contradições**

#### **3.1. O que é o movimento Lixo Zero?**

O surgimento do lixo, como o compreendemos hoje, está diretamente ligado aos processos de industrialização e urbanização. Para Sabatini (2021), vivemos uma lógica de consumo marcada pelo descarte: os produtos são fabricados com vida útil reduzida, incentivando a substituição constante e gerando resíduos de forma contínua. Nessa perspectiva, “o ‘lixo’ é o rejeito, aquilo que não possui mais viabilidade técnica e econômica de ser aproveitado” (Sabatini, 2021, p. 30).

Ainda para Sabatini (2021), o descarte infrene de resíduos evidencia a ausência de responsabilidade dos geradores. Práticas como aterramento e incineração, ainda que tecnológicas, mantêm a lógica de eliminação do lixo, resultando em impactos

ambientais e econômicos. Segundo dados do SLU (2024), foram pagos R\$24.202.578,82 para as operações do Aterro Sanitário de Brasília (ASB).

Souza et al. (2016, p. 380) defendem que desde os anos 1970, o conceito de Lixo Zero “se propaga como uma filosofia em que a sociedade moderna se responsabiliza por estabelecer novas bases do ciclo de vida dos resíduos sólidos urbanos”. De acordo com a Zero Waste International Alliance (ZWIA), o movimento caracteriza-se como uma meta que integra princípios éticos, econômicos, eficientes e inovadores, com o propósito de incentivar a transformação de hábitos e práticas sociais. Seu objetivo central é replicar os ciclos naturais, de modo que todos os materiais descartados sejam reaproveitados como recursos em novos processos produtivos. Enquanto conceito, o Lixo Zero foi definido pela ZWIA apenas em 2009. No que se refere à terminologia, observa-se que o termo Zero Waste, em inglês, pode abranger tanto o movimento Lixo Zero quanto a ideia mais ampla de “desperdício zero”. Dessa forma, sua interpretação pode extrapolar a questão dos resíduos sólidos, abrangendo também a eliminação do desperdício de recursos, tempo, dinheiro e energia (Sabatini, 2021).

Nesse ponto, a simplificação dos processos históricos de uso do território em movimentos cíclicos de susseções ecológicas, como comentado

por Santos & Silveira (1998) em sua crítica à metáfora do meio-ambiente, fica evidente nos objetivos da ZWIA, dos quais buscam replicar os ciclos naturais ao passo que esvaziam a compreensão da problemática dos resíduos enquanto materialização das relações sociais e produtivas inerente à lógica capitalista. Ademais, tal questão torna-se ainda mais problemática ao abranger, para além do lixo, outros elementos como recurso, tempo e energia.

### 3.2. A aplicação do projeto Lixo Zero

A implementação do modelo Lixo Zero exige um conjunto de critérios fundamentais para garantir sua viabilidade. Esses critérios incluem o estabelecimento de metas, um aparelhamento informacional eficaz, a responsabilização da população e uma infraestrutura adequada para a gestão otimizada dos resíduos sólidos urbanos. Em primeiro lugar, pressupõe-se a criação e regulamentação de metas para reduzir, reutilizar e reciclar resíduos. Uma legislação nesse sentido deve ser elaborada com o objetivo de estimular práticas consideradas ecológicas e penalizar condutas inadequadas em relação ao gerenciamento proposto. A eficiência do modelo também depende de meios informacionais capazes de assegurar a responsabilização da população local, incluindo campanhas ideológicas, materiais informativos e a utilização de diversos canais de comunicação, de modo a garantir que os cidadãos adaptem suas práticas às exigências do programa.

No limite, a transição para o modelo Lixo Zero pressupõe o fim da coleta convencional de resíduos urbanos, o que exige um planejamento detalhado e a adaptação da infraestrutura existente para suportar a nova metodologia. Essa mudança é acompanhada de um plano de transição gradual, com medidas destinadas a evitar obstáculos na gestão dos resíduos. Nesse contexto, a formalização do trabalho das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis constitui um pilar essencial do Lixo Zero.

Derivada de contratos firmados entre o poder público e essas organizações, a formalização tem como fundamento o argumento de que, além de aumentar a efetividade na destinação adequada dos resíduos recicláveis, ela promove a inclusão socioeconômica e fortalece a economia circular (European Parliament, 2023). Contudo, é importante salientar que tais medidas podem intensificar desigualdades socioespaciais, ao expulsar sujeitos considerados indesejados das áreas circunscritas pelo projeto, uma vez que a maioria

dos catadores informais não é incorporada aos contratos formais.

No contexto internacional, Connett (2012) destaca a experiência da Nova Escócia, no Canadá, como um caso exemplar de implementação do projeto Lixo Zero. Diante da oposição da comunidade local à ampliação de um aterro sanitário em operação e à instalação de um incinerador, o governo da província decidiu abrir espaço para a participação popular na busca por soluções alternativas. Como resultado, foi desenvolvido um novo modelo de gestão de resíduos (Connett, Ercolini e Lo Sciuto, 2012). Um dos aspectos mais inovadores desse processo foi a introdução da expressão “resíduo-recurso” na legislação, refletindo uma mudança significativa na percepção dos habitantes, que passaram a enxergar os resíduos como materiais de valor e não apenas como descarte.

No panorama brasileiro, a cidade de Florianópolis (Santa Catarina), localizada na região sul do país, se destaca como referência nacional na temática do Lixo Zero. O movimento ganhou força na cidade em 2010, impulsionado pela realização da 7ª Conferência Internacional Lixo Zero, a primeira realizada na América Latina. Esse evento marcou a criação do Instituto Lixo Zero Brasil (ILZB) e do Grupo Interinstitucional para Gestão de Resíduos Sólidos. Em 2018, com a publicação do Decreto n.º 18.646/2018, foi oficializado o Programa Florianópolis Capital Lixo Zero, que estabeleceu metas para a redução de resíduos destinados ao aterro sanitário. O compromisso prevê, até 2030, o desvio de 60% dos materiais recicláveis secos e de 90% dos resíduos orgânicos (Sabatini, 2021).

Contudo, como constatou Feitosa (2020), a experiência florianopolitana demonstrou que as ações do ILZB estiveram mais voltadas à sua expansão do que ao enfrentamento efetivo das dinâmicas de produção, consumo e descarte atreladas à lógica capitalista. Para a autora, o movimento Lixo Zero aproxima-se das práticas do capitalismo verde, uma estratégia mercadológica que promove discursos de preservação ambiental e redução de impactos nocivos ao meio ambiente sem questionar profundamente a estrutura produtiva subjacente.

Tais propostas, como o Lixo Zero, embora aparentem ser sedutoras quando espelhadas nas experiências de países desenvolvidos, deparam-se, na América Latina, com realidades extremamente desiguais e contraditórias, que, quando não consideradas em sua complexidade, podem ser intensificadas e agravadas. O caso de Florianópolis é emblemático, pois a implementação do programa

contribuiu para um aumento exponencial da especulação turístico-imobiliária, processo gerador de altas taxas de segregação socioespacial no município (Silveira & Rodrigues, 2015). Nesse sentido, alcançar o status de cidade Lixo Zero, embora possa contribuir pontualmente para a melhoria do descarte de resíduos, opera sobretudo na valorização do mercado imobiliário e, conseqüentemente, na produção de desigualdades socioespaciais (Feitosa, 2020).

De maneira incipiente, o Distrito Federal também busca se adequar ao movimento. O SLU desenvolve iniciativas para incentivar os moradores da capital a encaminhar seus resíduos recicláveis e orgânicos de acordo com as métricas instituídas pelo ILZB. Entre essas ações, destaca-se o Programa Quadra Lixo Zero, voltado a capacitar os moradores para a destinação proposta para os materiais (Correio Braziliense, 2024). Neste programa, foram instalados seis pontos de coleta na entrequadra 404/405 da Asa Sul. Quatro deles são exclusivos para materiais recicláveis, enquanto os outros dois recebem rejeitos. A coleta desses resíduos é realizada diariamente pelo SLU, enquanto os resíduos orgânicos são recolhidos por empresas de compostagem contratadas pelos comerciantes locais (Correio Braziliense, 2024).

Assim, tendo sido demonstradas as contradições socioespaciais do movimento Lixo Zero, o estudo sobre sua aplicabilidade no setor Noroeste torna-se pertinente, especialmente devido à reputação sustentável do bairro. Dessa forma, o próximo item deste artigo é destinado a analisar a viabilidade do Lixo Zero, considerando a realidade local do Setor Noroeste e a perspectiva de seus moradores.

#### **4. Planejamento urbano possível e usos imobiliários do território: uma análise do Setor Noroeste**

##### **4.1. A força do mercado imobiliário e a tríade operativa no planejamento urbano possível**

A implementação do Setor Noroeste evidencia a cooperação entre o Estado e o mercado imobiliário na condução do planejamento urbano em Brasília, revelando como os interesses econômicos têm moldado a cidade de maneira segregadora. De acordo com Freitas (2016, p. 133), a partir do grande projeto do Plano Piloto, “estruturou-se um espaço urbano segregador, que contou com a forte atuação do Estado na gestão do território como proprietário da terra e agente especulativo”. Todavia, “dadas as pressões do mercado imobiliário que ganhou força, alguns ajustes foram feitos, de modo que os agentes

desse mercado hoje influenciam fortemente a tomada de decisão acerca da gestão do território, conduzindo à materialização de determinados projetos” (Freitas, 2016, p. 133).

Para Paviani (2010), a influência do mercado imobiliário em Brasília toma força a partir da década de 1960, momento em que se inicia a venda de terrenos e de terras públicas para a construção de conjuntos residenciais. Além de uma descaracterização do plano original, no qual atribuía à terra urbana um fim eminentemente social, o autor destaca que essa fase é marcada pelo alargamento da ação do mercado no planejamento urbano, vetor de encarecimento da terra e transferência de populações de baixa renda para as periferias do Distrito Federal.

No mesmo sentido, Ferreira & Steinberger (2005) identificam duas fases distintas na gestão do território no Distrito Federal. A primeira fase foi dominada por uma lógica de forte controle estatal, com regras rigorosas sobre o uso da terra, refletindo o domínio quase exclusivo do Estado sobre o território. Posteriormente, esse cenário mudou com a intensificação da influência do setor imobiliário, dando início a uma etapa marcada pela flexibilização dessas normas em resposta às demandas do mercado, configurando um processo de crescente privatização do espaço urbano.

O resultado, como descreve Costa (2021, p. 99), é a reprodução em Brasília de “um híbrido urbano cujo conteúdo multiescalar é composto pela tríade modernidade, modernismo e modernização; tríade típica das cidades latino-americanas”. A modernização, nesse sentido, é entendida como a “concepção técnica do desenvolvimento consubstanciada na cidade asséptica e na racionalidade do Estado demiúrgico da sociedade” (Costa, 2021, p. 99). Para o autor, “a construção de Brasília exemplifica a predição dialética do imaginário, pois coexistem a racionalidade do planejamento e a resistência popular à segregação violenta” (Costa, 2021, p. 99).

Um exemplo emblemático desse processo, conforme sugere Freitas (2016), é a implementação do Setor Noroeste, uma área inicialmente especulada pela ação do poder público e atualmente disponibilizada ao mercado imobiliário. Como discute Penna (2012), a construção do Setor Noroeste segue uma tendência global, na qual as cidades buscam oferecer condições urbanísticas modernas, de alto padrão tecnológico e ambiental, como estratégia de aumentar sua atratividade. Esse processo, conduzido com forte participação do Estado, escancara a força do capital no planejamento urbano, com destaque para a atuação do Poder Executivo local e da Terracap, empresa

pública do Distrito Federal profundamente influenciada pelos interesses do mercado imobiliário (Freitas, 2016).

Em contraste, Costa (2021) apresenta como alternativa uma outra forma de planejar a cidade: o planejamento urbano possível, que coloca no centro o sujeito ativo da vida cotidiana, aquele que vive, trabalha e transforma o território com base em suas necessidades reais. Essa proposta valoriza a construção de uma cidade democrática, na qual a experiência e a imaginação dos moradores orientam as decisões sobre a totalidade dos usos do território (Costa, 2021). Ao romper com a lógica de escamoteamento das contradições socioespaciais enquanto prática de valorização de projetos imobiliários hegemônicos, tal alternativa busca seu enfrentamento a partir das experiências e existências locais, o que abre caminho para apropriações mais plurais das cidades.

De maneira abreviada, o planejamento urbano possível sustenta a tríade imaginário, existência e cultura como bases para a construção de um território sensível à realidade dos sujeitos que o habitam. O imaginário refere-se a construções simbólicas que moldam a forma como as pessoas percebem e vivenciam o espaço urbano. Ele exerce um papel ativo na produção da realidade social, influenciando desejos, medos, resistências e identidades. No âmbito do planejamento urbano, considerar o imaginário significa reconhecer que as cidades não são constituídas apenas por concreto e normas técnicas, mas também por sonhos, memórias e significados atribuídos pelos seus habitantes (Costa, 2021).

Por sua vez, inspirada no existencialismo de Sartre, a noção de existência refere-se ao sujeito como ser situado e concreto, que vive, trabalha, sofre, ama e resiste no espaço urbano (Costa, 2021). A existência precede a essência, ou seja, é na prática do cotidiano que o sujeito se realiza e se define. Assim, qualquer concepção de sustentabilidade atrelada a projetos de planejamento urbano não pode ser indiferente às experiências concretas das pessoas; pelo contrário, deve partir da vida tal como ela é vivida, considerando seus conflitos, suas contradições e potências.

Por fim, a cultura é compreendida como um conjunto de valores morais, intelectuais, estéticos e materiais que dão sentido à vida em sociedade. A cultura expressa formas de resistência, apropriação do espaço e modos de vida que frequentemente escapam aos planejamentos tradicionais. Incorporar a cultura ao planejamento significa dar voz às práticas populares, às tradições locais e às formas alternativas de organização do território (Costa,

2021). Isso inclui as múltiplas formas de produção e consumo que transcendem e resistem à lógica capitalista.

Embora essa tríade enfoque predominantemente grupos marginalizados (que não é o caso em análise), o conceito de planejamento urbano possível deve ser compreendido neste trabalho de forma mais ampla. Ele não apenas propõe um projeto integrador do sujeito, mas também oferece ferramentas teórico-empíricas para uma análise crítica do planejamento urbano hegemônico em curso. No caso do Setor Noroeste, onde a demanda refere-se a uma melhor gestão dos resíduos sólidos urbanos, trata-se de reavaliar propostas como a da aplicação do Lixo Zero, considerando os saberes e práticas locais para a superação de contradições socioespaciais estrategicamente eclipsadas pelos usos imobiliários do território. Diante disso, o próximo item deste trabalho analisará como a população percebe esse problema e se existe possibilidade de mobilização para implementar ou refinar formas alternativas de produção, armazenamento e destinação do “lixo”.

#### 4.2. A percepção dos moradores do Setor Noroeste

A partir das avaliações e percepções sobre o problema dos resíduos sólidos, os dados revelam um cenário de insatisfação com as soluções atualmente vigentes no Setor Noroeste, mas também de grande potencial de engajamento da comunidade. Do levantamento realizado por meio de questionários com moradores residentes há mais de 5 anos, aplicado de maneira online com um total de 118 respostas, a maioria (94,7%) acredita que a produção, o armazenamento e/ou o transporte de resíduos sólidos constituem um dos principais problemas do bairro. Essa percepção negativa se confirma ao analisar a avaliação do modelo de armazenamento: 65,5% dos respondentes classificam o modelo como ruim, apontando que os pontos de descarte são mal distribuídos ou inadequados. Outros 31% o consideram apenas razoável, pois embora atenda parcialmente às necessidades, apresenta falhas pontuais. Apenas uma pequena parcela (2,7%) acredita que o bairro conta com organização, limpeza e pontos de descarte bem localizados.

No âmbito doméstico, o cuidado com os resíduos parece mais presente. Uma expressiva maioria de 97,3% dos moradores afirmam realizar algum tipo de separação do lixo. Dentre eles, 63,7% limitam-se à separação básica entre recicláveis e orgânicos, enquanto 33,6% realizam uma separação mais criteriosa, por tipo de material.

Entretanto, essa prática doméstica não é acompanhada por uma comunicação institucional eficiente: 85,8% dos entrevistados não possuem conhecimento preciso sobre os dias e horários da coleta seletiva em suas quadras ou ruas. Dentro desse grupo, 38,1% não têm qualquer informação sobre o funcionamento do serviço. A eficiência da coleta seletiva também é motivo de preocupação: visto que apenas 3,5% consideram o serviço “muito eficiente”. A maior parte dos moradores avalia negativamente o serviço: 67,3% o consideram pouco eficiente, 12,4% o julgam totalmente ineficiente e 16,8% não têm opinião formada sobre o tema.

Quanto à participação em ações comunitárias relacionadas à gestão de resíduos, como mutirões de limpeza, oficinas de reaproveitamento ou compostagem, a mobilização ainda é tímida, apesar do entusiasmo demonstrado. Quase metade dos moradores (48,7%) nunca participou, mas manifesta interesse; 20,3% já participaram ou participam com frequência, enquanto 31% nunca participaram e não têm interesse em se envolver nessas atividades.

Quando o foco se volta para os próprios condomínios e prédios do bairro, 67,3% dos moradores consideram que a estrutura oferecida para separação e descarte de resíduos é apenas parcialmente adequada. Já 17,7% afirmam que essa estrutura é inadequada, enquanto apenas 8,8% acreditam que seus edifícios oferecem uma estrutura plenamente adequada para a separação correta dos resíduos.

O acesso à informação também se revela um obstáculo relevante. Para 46,9% dos moradores, não há informações claras e acessíveis sobre a coleta seletiva e o descarte correto de resíduos. Outros 45,1% reconhecem que há algumas informações disponíveis, mas que são limitadas e insuficientes. Apenas 6,2% avaliam a comunicação sobre o tema no bairro como suficiente e eficiente.

Quanto à participação em ações coletivas relacionadas ao lixo, como programas de reciclagem comunitária ou campanhas educativas, 47,8% dos entrevistados afirmaram não participar, mas demonstram interesse. Outros 28,4% participam de forma regular ou esporádica, enquanto 23,9% não participam nem têm intenção de participar.

Quando perguntados sobre a disposição em contribuir com mudanças para melhorar a gestão de resíduos, 51,3% dos moradores afirmam estar dispostos a mudar seus hábitos. Outros 45,1% demonstram ainda maior engajamento, declarando que, além de mudar comportamentos, também estariam dispostos a contribuir financeiramente. Apenas 2,7% não demonstraram qualquer

disposição para alterar comportamentos ou contribuir com recursos.

Por conseguinte, ao serem apresentados à possibilidade de substituir a coleta convencional por um sistema mais seletivo, como o Movimento Lixo Zero, 79,7% dos moradores demonstraram entusiasmo e acreditam que a mudança é possível. Outros 19,5% consideram a proposta difícil de ser implementada, principalmente devido à falta de estrutura e de hábito. Apenas 0,9% declarou não concordar com a substituição. Esses dados indicam que o bairro possui um elevado potencial para a aceitação do programa, desde que acompanhado por investimentos em informação, infraestrutura e estímulo à participação coletiva.

Por fim, quanto aos meios usados para se manterem informados sobre o que acontece no bairro, os moradores priorizam canais digitais e informais. A maioria (68,1%) utiliza grupos de WhatsApp como principal fonte de informação. As redes sociais de associações e condomínios são acessadas por 26,5% dos entrevistados, enquanto apenas 3,5% relatam prestar atenção em placas e cartazes informativos instalados em áreas comuns.

#### 4.3. Estratégias de aplicação do movimento Lixo Zero no Setor Noroeste de Brasília, DF

Considerando a realidade apresentada, é possível delinear seis estratégias para uma aplicação situada e consciente do Lixo Zero, que tenha como ponto de partida o movimento Lixo Zero, mas que também vislumbre um planejamento urbano possível no Setor Noroeste de Brasília.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Global do Banco Mundial (ONU, 2017), a conscientização da população sobre a responsabilidade compartilhada deve ser encarada como um pilar fundamental para que qualquer política pública seja eficaz e duradoura. Nesse sentido, a comunicação com a comunidade deve ir além da simples divulgação de informações. É necessário promover um diálogo acessível, contínuo e participativo, que envolva os moradores na compreensão do seu papel na “cadeia do lixo” — desde a separação adequada dos materiais até a destinação final. Campanhas educativas, oficinas, rodas de conversa e ações em espaços públicos são estratégias essenciais para viabilizar alternativas em que cada cidadão compreenda que o bem-estar do bairro não depende apenas do governo, mas também das atitudes cotidianas de todos, como sugere Sabatini (2021). Contudo, é imprescindível que a comunidade, de forma organizada, pressione e denuncie o mercado imobiliário, principal

responsável pelas crescentes problemáticas ambientais do Setor Noroeste.

Reivindicações como a implementação da coleta seletiva porta a porta, de forma diferenciada, envolvem tanto o reconhecimento da importância da separação correta dos resíduos quanto a disponibilização de infraestrutura adequada pelo Estado-mercado no bairro. Por isso, torna-se essencial investir em estratégias de comunicação claras e acessíveis. A coleta deve ser estruturada com categorias bem definidas, incluindo resíduos orgânicos, vidro, plástico, metal, papel e rejeitos (indiferenciados). Essa divisão deve ocorrer dentro dos próprios edifícios, com a aquisição de recipientes devidamente identificados.

Na sequência, é necessário integrar esse sistema de coleta domiciliar a pontos fixos de recebimento, conhecidos como estações ou “ilhas” ecológicas. Esses locais são importantes porque facilitam o descarte próximo à origem e também permitem práticas como o reuso e a recuperação de materiais. No contexto brasileiro, essas estruturas correspondem aos Locais de Entrega Voluntária (LEVs) e aos Ecopontos. No caso do Noroeste, os LEVs estão localizados em apenas cinco das dez quadras existentes. Os papa-recicláveis (LEVs) são contêineres de superfície destinados à coleta de resíduos sólidos urbanos recicláveis (papel, plástico, papelão, metal e isopor).

Por conseguinte, outro elemento fundamental da proposta é o tratamento da fração orgânica por meio da compostagem. Essa prática pode ser adotada em diferentes escalas, simultaneamente. Para a realidade em questão, considera-se a compostagem comunitária, envolvendo a participação conjunta dos prédios dentro de cada quadra. A alternativa requer pouco espaço e pode ser implementada em áreas comuns ou parques urbanos (Sabatini, 2021). No caso de Brasília, o SLU disponibiliza um projeto arquitetônico de modelo de composteira doméstica, que pode ser utilizado pelos condomínios como referência para o tratamento adequado de resíduos orgânicos, o que contribui significativamente para a redução do envio desses resíduos ao aterro sanitário.

A quinta estratégia consiste na gestão dos resíduos por meio do combate ao desperdício alimentar. A proposta prevê a criação de uma rede integrada para o escoamento de produtos que estejam próximos do vencimento ou apresentem pequenas imperfeições estéticas, mas que ainda se encontrem em condições adequadas para o consumo. A iniciativa envolve mercados, hortifrutis e padarias do bairro, que passariam a identificar diariamente esses produtos e disponibilizá-los para a venda a preços significativamente reduzidos. Esses

itens poderiam ser expostos em balcões específicos, devidamente sinalizados dentro dos estabelecimentos comerciais, facilitando a visualização por parte dos consumidores. Esta estratégia visa a redução do descarte, ao mesmo tempo em que oferece vantagens econômicas para os consumidores.

Em seguida, os moradores do Noroeste, por meio da associação de moradores, já demonstraram capacidade de articulação das demandas com agentes do poder público. Em 2023, por exemplo, a organização dos moradores, em parceria com o SLU, promoveu uma campanha de conscientização com participação popular. Diante desse histórico, como sexta estratégia, é preciso ampliar os canais de interlocução direta, cobrando coerência entre o discurso oficial e as ações efetivamente implementadas: se o Noroeste é promovido como um “bairro sustentável”, torna-se imperativo que essa sustentabilidade se materialize não apenas como marketing institucional e mercadológico, mas como referência nacional em gestão de resíduos sólidos e, sobretudo, no combate às desigualdades socioespaciais. Isso requer o compromisso concreto com a coleta seletiva, a reciclagem e uma educação ambiental que dialogue com os saberes e práticas tradicionais ainda presentes na localidade, como o Santuário dos Pajés (Queiroz, 2022)

Diante do exposto, torna-se evidente que a eficácia de qualquer estratégia proposta depende diretamente da mobilização da população em conjunto com o poder público, sem desconsiderar a necessidade de uma postura crítica e vigilante em relação ao mercado imobiliário. A participação ativa dos moradores é fundamental para garantir o descarte correto dos resíduos, o uso adequado das estruturas instaladas e o êxito das ações voltadas à redução e reaproveitamento de materiais. No entanto, essa mobilização só é viável mediante uma atuação articulada do Estado e das empresas envolvidas no planejamento urbano, que devem assumir a responsabilidade de investir em infraestrutura, desenvolver campanhas educativas contínuas e adaptadas a cada realidade local, além de estabelecer canais permanentes de diálogo com a comunidade. Dessa forma, cria-se uma situação propícia à corresponsabilidade, na qual o cuidado com os resíduos deixa de ser uma obrigação isolada e passa a ser reconhecido como uma tarefa coletiva e integradora, com potencial de gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos. Nas palavras de Sabatini (2021, p. 64), “o problema é planetário, mas as pessoas se percebem agentes na solução a partir de seu contexto local”.

## 5. Conclusão

A partir deste estudo, foi possível identificar a problemática decorrente da instrumentalização da metáfora de sustentabilidade como estratégia mercadológica de escamoteamento das contradições socioespaciais no âmbito do planejamento urbano do Setor Noroeste. Constatou-se que tal categoria tem sido amplamente apropriada como instrumento de marketing, tanto por agentes estatais quanto por empresas do setor imobiliário, servindo mais para legitimar projetos e empreendimentos do que como um compromisso efetivo com práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas. Como já advertia Santos (1995), Santos e Silveira (1998) e Souza (2009), essa apropriação discursiva faz da sustentabilidade uma metáfora, um conceito-obstáculo cujo esvaziamento explicativo da realidade opera a serviço de usos predominantemente econômicos e políticos no território.

Nesse aspecto, a categoria analítica do território usado demonstrou-se uma importante ferramenta teórico-empírica na superação de noções metafóricas para o desvelamento de contradições socioespaciais. Assim, incorporar o olhar da Geografia no planejamento urbano revela-se uma necessidade urgente. Ao conceber o território como uma construção social e histórica, essa abordagem permite identificar potências culturais e afetivas que podem e devem ser integradas às políticas urbanas, assim como reavaliar carências estruturais que permanecem em propostas inovadoras de planejamento urbano, como é o caso do movimento Lixo Zero.

É nesse contexto que se propõe uma tríade operativa para um novo paradigma de planejamento: imaginário, existência e cultura. O imaginário atua como força criadora e organizadora de sentidos; a existência reconhece a diversidade dos modos de habitar; e a cultura constitui a expressão viva dos sujeitos urbanos. Planejar com base nessa tríade representa uma ruptura com a lógica de dominação que caracteriza o planejamento urbano tradicional e pode oferecer um caminho para a consolidação de uma ideia situada de “sustentabilidade”. Trata-se de permitir que as cidades sejam concebidas não apenas para as pessoas, mas com elas, considerando seus desejos, capacidades e modos de vida. No contexto do Distrito Federal, esse deslocamento teórico e prático mostra-se essencial para superar o enclave racionalista que moldou sua fundação, abrindo espaço para uma cidade mais plural, sensível às complexidades humanas e ambientais.

Sob essa perspectiva, o movimento Lixo Zero configura-se como uma proposta pouco

promissora, embora possa ser refinada à luz dos princípios do planejamento urbano possível, reconhecendo o cidadão como agente central na construção da cidade. Ao promover a participação ativa da população na gestão dos resíduos sólidos, o movimento deve valorizar práticas cotidianas que influenciam diretamente a organização do território. Necessita, portanto, de uma abordagem que integra o engajamento comunitário às estratégias de planejamento urbano.

No contexto específico do bairro Noroeste, o impasse relacionado à gestão inadequada dos resíduos sólidos configura-se como uma das principais questões urbanas enfrentadas pela comunidade local. As reclamações recorrentes sobre o acúmulo de lixo têm se tornado pautas constantes nos debates públicos e nas demandas encaminhadas pelos moradores. Esse cenário revela não apenas um desafio urbano de ordem prática, mas também uma crescente inquietação social quanto à preservação da qualidade de vida na região.

A pesquisa, composta por questionários, observações e análise documental, permitiu concluir que há um nível significativo de conscientização entre os moradores quanto à gravidade do problema. Mais do que isso, identificou-se uma disposição coletiva para construir soluções, articular iniciativas e pressionar o poder público e privado por ações efetivas. Esse engajamento sinaliza um potencial importante para a consolidação de práticas ecológicamente mais adequadas a partir das experiências locais, substrato pelo qual uma aplicação mais refinada do movimento Lixo Zero deve se basear, como proposto pelo planejamento urbano possível.

Por fim, diante da constatação de que a comunidade local demonstra elevado grau de interesse por mudanças e significativa capacidade de mobilização social, o estudo propôs alternativas viáveis para a implementação e melhoramento dos princípios do movimento Lixo Zero no bairro. As sugestões apresentadas buscam valorizar práticas do cotidiano da população, promover a educação ambiental e fomentar parcerias entre moradores, poder público e setor privado. O artigo, elaborado de forma abrangente, indica que a base empírica reunida deve incentivar o aprofundamento das discussões, bem como a produção de pesquisas futuras voltadas à construção de soluções atentas ao processo contraditório das dinâmicas de uso do território.

## 6. Contribuição dos autores

**Sofia Martinello Valente:** conceitualização; metodologia; análise formal; escrita original; recursos financeiros; levantamento de dados; aquisição de fundos.

**Larissa Alves de Sousa:** conceitualização; metodologia; análise formal; revisão e edição; administração do projeto.

**João Francisco de Oliveira Neto:** conceitualização; metodologia; análise formal; preparação do texto original; revisão e edição.

## 7. Referências bibliográficas

- Acsegrad, H. (1999). Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1(1), 79–90. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>
- Agência Brasília. (2023). Por trás da coleta do lixo: veja as principais ações e desafios no Noroeste.
- Agência Brasília. (2024, 16 janeiro). Descarte inadequado de lixo é a maior causa de alagamentos.
- Agência Brasília. (2023, 13 novembro). Descarte irregular de lixo dá R\$ 36 milhões de prejuízo aos cofres públicos.
- Brasil e Desenvolvimento. (2011). Para entender a questão do Santuário dos Pajés e Setor Noroeste em Brasília.
- European Parliament. (2023). Circular economy: Definition, importance and benefits. [ortance-and-benefits](https://doi.org/10.18055/Finis1300)
- Connett, P., Ercolini, R. & Lo Sciuto, P. (2012). *Rifiuti zero: Una rivoluzione in corso*. Dissensi Edizioni.
- Correio Braziliense. (2024). Movimento Lixo Zero atrai cada vez mais brasilienses.
- Coutinho, L. (2021). O Pacto Global da ONU e o papel das empresas. *Revista do BNDES*, 28(56), 401-518.
- Costa, E. (2021). Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91–120. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>
- Costa, L., Lima Junior, M. & Picoli, R. (2013). Gerenciamento de resíduos sólidos: uma análise sobre a demanda do Setor Habitacional Noroeste. In *Congresso IBEAS de Estudos Ambientais* (pp. 1–8).
- Feitosa, R. (2020). Circuitos ambientalistas e estratégias lixo zero em Florianópolis. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Ferreira, I. & Steinberger, M. (2005). O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. *Cadernos Metrôpole*, 14, 67–83.
- Freitas, A. (2016). O espaço urbano em Brasília e o uso do território como recurso: reflexões a partir de um grande projeto. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 18(1), 132–144.
- Gomes, A. & Belém, M. (2022). O lixo como um fator de risco à saúde pública na cidade de Fortaleza, Ceará. *Sanare*, 21(1), 21–28. <https://doi.org/10.36925/sanare.v21i1.1563>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Brasília.
- Jornal de Brasília. (2023). Por trás da coleta do lixo: veja as principais ações e desafios no Noroeste.
- Organização das Nações Unidas no Brasil. (2017). Banco Mundial: Políticas públicas com participação cidadã têm mais chance de sucesso.
- Paviani, A. (2010). Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre a urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Penna, N. (2012). Planejamento urbano e estratégias empreendedoras em Brasília. *Finisterra*, 47(93). <https://doi.org/10.18055/Finis1300>
- Queiroz, P. (2022). Patrimônio-territorial indígena na urbanização de Brasília e no Santuário Sagrado dos Pajés: contexto latino-americano. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília.
- Sabatini, R. (2021). *Cidades Lixo Zero*. Instituto Lixo Zero Brasil.
- Santos, M. (1995). A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. In *Anales de Geografía de la Universidad Complutense* (pp. 695-705). Universidad de Complutense, Madrid.
- Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

- Santos, M. (2022). Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica (Vol. 2). Edusp.
- Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. & Silveira, M. (1998). Más allá de las metáforas... una geografía de la globalización. *Estudios geográficos*, 59(230), 99-112. <https://doi.org/10.3989/egeogr.1998.i230.595>
- Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. (2025). *Administrações regionais*.
- Serviço de Limpeza Urbana do DF. (2024). *Custo da operação do aterro sanitário de Brasília*.
- Serviço de Limpeza Urbana do DF. (2025). *Mapa de papa-lixos*.
- Silveira, M. & Rodrigues, A. (2015). Urbanização turística no Brasil: um foco em Florianópolis–Santa Catarina. *Via. Tourism Review*, 1(7). <https://doi.org/10.4000/viatourism.630>
- Souza, M. (2009). Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: As metáforas do capitalismo. *Cronos*, 10(2), 101–117.
- Souza, M. (2019). Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. *PatryTer*, 2(4). <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4>
- Souza, M., Fuss, M., Varella, C. & Lima, F. (2016). Lixo Zero: Por uma rota tecnológica alinhada às diretrizes da política nacional de resíduos sólidos. In IPEA (Ed.), *Catadores e a política nacional de resíduos sólidos* (pp. 377-406). Brasília, Editora do IPEA
- TV Brasil. (2023). *A experiência do lixo zero no Noroeste* [Vídeo]. YouTube.
- Wanderley, L. (2018). Resenha: *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*, de Eduardo Gudynas. *GEOgraphia*, 20(42), 127–131.